e do Programa PRO-PAZ, nos termos do decreto nº246848 de 17 de junho de 2011, ou em caso de ausência ou impedimento por outro membro do governo com assento na Comissão Organizadora Estadual.

SEÇÃO I DA COMISSÃO ORGANIZADORA ESTADUAL

Art. 11º - A COE da 2ª Conferência Estadual de Juventude constituída conforme art. 9º deste Regimento é responsável pela organização, execução e sistematização das atividades da Conferência, tendo as seguintes atribuições:

- I - Coordenar, supervisionar e promover a realização da Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude;
- II - Orientar o trabalho das Comissões Organizadoras Municipais, Regionais e Territoriais;
- III - Mobilizar a sociedade civil e o poder público, no âmbito de sua atuação no Estado ou no município, para organizarem e participarem das conferências;
- IV - Sistematizar os relatórios à etapa Estadual;
- VII - Viabilizar a infra-estrutura necessária à realização da etapa estadual;
- VIII - Aprovar a metodologia e programação da Etapa Estadual;
- IX - Produzir a avaliação da Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude;
- X - Providenciar a publicação do relatório final da Conferência Estadual de Políticas Públicas para Juventude;
- XI - Deliberar sobre todas as questões referentes à Conferência Estadual de Políticas Públicas para Juventude que não estejam previstas neste regimento.

Art. 12º - A COE observará o critério de paridade entre governo e sociedade civil, terá a seguinte composição (COMPOSIÇÃO MINIMA):

I - REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:

- a) Secretaria de Estado de Justiça Direitos Humanos (SEJUDH);
 - b) Secretaria de Estado de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social (SEDES);
 - c) Programa PROPAZ;
 - d) Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda (SETER);
 - e) Casa Civil da Governadoria do Estado;
 - f) Secretaria de Estado de Educação (SEDUC);
 - g) Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (SEEL);
 - h) Fundação da Criança e do Adolescente do Pará (FUNCAP);
 - i) Instituto de Artes do Pará (IAP);
 - j) Secretaria de Estado de Segurança Pública (SEGUP);
 - k) Instituto de Desenvolvimento Econômico e Ambiental do Pará (IDESP);
 - l) Secretaria de Estado de Integração Regional (SEIR);
 - m) Ação Social Integrada do Palácio do Governo (ASIPAG);
 - n) Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA);
- #### II - REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICA - PARTICIPAÇÃO FACULTATIVA

- a) Assembléia Legislativa do Estado
- b) Câmara dos Deputados

III - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

- a) Comissão Organizadora Nacional;
- b) Entidade Municipal Relacionada à Juventude;
- c) Universidade Popular (UNIPOP);
- d) Pastoral da Juventude;
- e) União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES);
- f) União de Negros pela Igualdade (UNEGRO);
- g) Instituto João Ferreira;
- h) Movimento de Juventude Paraense (MOJUPA);
- i) Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI);
- j) Juventude do Partido da Social Democracia Brasileira (JPSDB);
- k) Juventude Popular Socialista (JPS);
- l) Associação Kido de Taekwondo (ASKIDO);
- m) União da Juventude Socialista (UJS);
- n) Juventude do Partido Trabalhista Brasileiro (JPTB);
- o) Juventude do Partido dos Trabalhadores (JPT);
- p) Juventude do Partido da República (JPR).

SEÇÃO IV DOS RELATÓRIOS

Art. 13º - Os relatórios das emendas aprovados nas Etapas Eletivas deverão ser encaminhados à COE até o dia 05 de outubro de 2011 por meio eletrônico para o email 2conf.juventudepara@r7.com.

Parágrafo único - Os relatórios e contribuições deverão ser sistematizados e incorporados ao pré-relatório do Estado, que será subsídio das discussões na Conferência Estadual.

CAPÍTULO V DA PARTICIPAÇÃO

Art. 14 - Todas as etapas da Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude terão livre participação, devendo propiciar a presença ampla, democrática e da diversidade de todos os segmentos da sociedade, em especial da juventude e suas organizações.

CAPÍTULO VI DAS ELEIÇÕES DOS REPRESENTANTES PARA A ETAPA ESTADUAL

Art. 15 - A Conferência Estadual de Políticas Públicas de

Juventude contará com a participação de 571 (quinhentos e setenta e um) representantes. Distribuídos por todos os municípios do estado conforme tabelas no anexo I deste regimento. Que deverão ser escolhidos nas Conferências Regionais e Municipais de Políticas Públicas de Juventude.

Parágrafo Único: A realização das etapas municipais implica na diminuição de representantes na sua respectiva etapa regional.

Art. 16 - Os representantes e as representantes para a etapa estadual serão eleitos/as entre os participantes presentes nas Conferências Regionais e Municipais e observando os seguintes critérios:

I - Considerar a representação entre poder público e sociedade civil, respeitando-se a participação e o envolvimento no processo;

II - Considerar a multiplicidade das identidades juvenis tais como negros e negras, indígenas, pessoas com deficiências, mulheres, LGBT, rurais, ribeirinhos e populações tradicionais, dentre outras;

III - Considerar a questão de gêneros na totalidade da delegação.

IV - Considerar a representação da diversidade regional do Estado.

§1º: A eleição de delegados nas etapas municipais e regionais deverá ser feita de forma proporcional, respeitando todos os participantes nas respectivas etapas como no exemplo: o município de "Jurubatuete" tem direito a 10(dez) delegados para a etapa estadual, fazendo sua conferência municipal, e nela foram inscritos 100(cem) participantes, cada delegado deve ser indicado por 10(dez) participantes.

§2º: Os municípios que possuem órgão especificam de juventude, o gestor deste órgão automaticamente será delegado na 2ª Conferência Estadual de Juventude, devendo ser inscrito conforme o artigo 15 deste regimento. Neste caso implica na diminuição de 01 representante de seu município e automaticamente na sua regional.

Art.17 - Nas conferências regionais os representantes deverão respeitar obrigatoriamente as vagas para os representantes do município. Caso não tenha representantes de algum município as vagas não poderão ser ocupadas por ninguém de qualquer outro município. Exemplo: na região de "Praia Grande" o município de "Croa Pequena" tem direito a dois delegados, mas não tem nenhum participante inscrito, essas duas vagas não poderão ser ocupadas por nenhum participante.

Parágrafo Único: Essas vagas que não serão ocupadas na regional, deverão ser distribuídas para representantes indicados pela COE sendo que 50% das vagas para a indicação de membros da COE da sociedade-civil e 50% das vagas para a indicação de membros da COE do governo.

Art. 18 - Os representantes para a Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude eleitos nas conferências regionais e municipais de juventude conforme o artigo 19. Deverão obrigatoriamente ser inscrever 05(cinco) dias úteis após sua eleição, em formulário específico elaborado pela COE, por meio eletrônico para 2conf.juventude@r7.com.

CAPÍTULO VI

DA ELEIÇÃO DOS DELEGADOS A ETAPA NACIONAL

Art. 19 - A 2ª Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude (CEPPJ) poderá eleger 40 (quarenta) delegados/as, conforme Regimento Interno da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, publicado em D.O., através de portaria ministerial da Secretaria Geral da República nº 142 de 04 de maio de 2011.

Parágrafo único - Das vagas disponíveis, estão atribuídas ao poder público através da Coordenadoria de Promoção dos Direitos da Juventude até 10% da delegação.

Art. 20 - Os delegados/as das etapas estaduais serão eleitos/as entre os participantes presentes na Conferência Estadual e observando os seguintes critérios:

I - Considerar a representação entre poder público e sociedade civil, respeitando-se a participação e o envolvimento no processo;

II - Considerar a multiplicidade das identidades juvenis tais como negros e negras, indígenas, pessoas com deficiências, mulheres, LGBTTT, rurais, ribeirinhos e populações tradicionais, dentre outras;

III - Considerar a questão de gêneros na totalidade da delegação.

IV - Considerar a representação da diversidade regional do Estado.

Parágrafo único - A escolha dos/as delegados/as e lista de suplentes é competência exclusiva dos/as participantes da respectiva etapa.

Art. 21 - Serão elegíveis à delegação estadual para a 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude:

I - Os/as delegados/as credenciados/as na 2ª Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude;

II - A Comissão Organizadora da 2ª Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude.

Art. 22 - O método de eleição da delegação nacional será definido pelo grupo de trabalho de metodologia e programação sendo remetido para aprovação da comissão organizadora estadual.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23 - O referido regimento foi aprovado pela comissão organizadora Estadual da 2ª conferência de políticas públicas de juventude.

Art. 24 - Os casos omissos neste Regimento e conflitantes serão resolvidos pela Comissão Organizadora Estadual.

Anexo I

Região do Marajó - Pólo BREVES		
Representantes por Município		
Nº	Município	Delegados
01	Afuá	03
02	Anajás	02
03	Bagre	03
04	Breves	05
05	Chaves	02
06	Curralinho	03
07	Melgaço	02
08	Portel	03
08	Sub-Total	23
Região do Marajó - Pólo SALVATERRA		
Representantes por Município		
Nº	Município	Delegados
01	Cachoeira do Arari	02
02	Muaná	04
03	Ponta de Pedras	03
04	Salvaterra	03
05	Santa Cruz do Arari	02
06	São Sebastião da Boa Vista	03
07	Soure	03
07	Sub Total	20
Região do Tapajós - Pólo ITAITUBA		
Representantes por Município		
Nº	Município	Delegados
01	Aveiro	03
02	Itaituba	09
03	Jacareacanga	03
04	Novo Progresso	06
05	Rurópolis	08
06	Trairão	03
06	Sub Total	31
Região do Baixo Amazonas - Pólo SANTARÉM		
Representantes por Município		
Nº	Município	Delegados
01	Alenquer	05
02	Almeirim	03
03	Belterra	02
04	Curuá	04
05	Faro	02
06	Juruti	05
07	Monte Alegre	03
08	Óbidos	04
09	Oriximiná	04
10	Praíha	02
11	Santarém	09
12	Terra Alta	02
12	TOTAL	45
Região do Lago de Tucuruí - Pólo TUCURUÍ		
Representantes por Município		
Nº	Município	Delegados
01	Breu Branco	05
02	Goianésia do Pará	04
03	Itupiranga	05
04	Jacundá	05
05	Nova Ipixuna	02
06	Novo Repartimento	06
07	Tucuruí	07
07	Sub-Total	33